

FUSÃO DE HORIZONTES:

fundação e formação da paisagem urbana de Anápolis

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

MEDEIROS, Wilton Araújo de

Doutor, Universidade Estadual de Goiás

wilton@ueg.br

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa

Mestre, Universidade Estadual de Goiás

lucascvargas@ueg.br

RESUMO

Este artigo investiga a formação da paisagem urbana de Anápolis (GO) a partir da articulação entre narrativas memorialísticas e documentação histórica, propondo a superação da dicotomia entre fundação e formação urbana. A pesquisa concentra-se no período entre 1870 e 1907, analisando tanto a lenda fundacional associada à construção da capela de Sant'Ana quanto os processos materiais e institucionais que estruturaram o território. Fundamentado na hermenêutica filosófica, especialmente na noção de “fusão de horizontes”, o estudo interpreta a cidade como um palimpsesto urbano, no qual diferentes temporalidades coexistem por meio de vestígios materiais e imateriais. A análise da forma urbana evidencia permanências, rupturas e apagamentos — como a supressão de cursos d'água — que persistem como “fantasmagorias” na memória coletiva e na morfologia contemporânea. Argumenta-se que a identidade urbana de Anápolis não se constitui pela oposição entre mito e história, mas pela integração dessas dimensões em uma leitura crítica da paisagem. Assim, o trabalho contribui para uma abordagem epistemológica que reconhece a cidade como campo de tensões entre memória, materialidade e transformação.

Palavras-chave: formação urbana; paisagem urbana; memória; hermenêutica; Anápolis.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article investigates the formation of the urban landscape of Anápolis (GO), Brazil, through the articulation between memorial narratives and historical documentation, proposing to overcome the dichotomy between urban foundation and formation. The research focuses on the period between 1870 and 1907, analyzing both the foundational legend associated with the construction of the Sant'Ana chapel and the material and institutional processes that structured the territory. Grounded in philosophical hermeneutics, particularly the concept of "fusion of horizons," the study interprets the city as an urban palimpsest in which different temporalities coexist through material and immaterial traces. The analysis of urban form reveals continuities, ruptures, and erasures—such as the suppression of watercourses—that persist as "phantasmagorias" in collective memory and contemporary morphology. It is argued that the urban identity of Anápolis is not constituted by the opposition between myth and history, but by the integration of these dimensions into a critical reading of the landscape. Thus, the study contributes to an epistemological approach that understands the city as a field of tensions between memory, materiality, and transformation.

Keywords: urban formation; urban landscape; memory; hermeneutics; Anápolis.

RESUMEN

Este artículo investiga la formación del paisaje urbano de Anápolis (GO), Brasil, a partir de la articulación entre narrativas memorialísticas y documentación histórica, proponiendo superar la dicotomía entre fundación y formación urbana. La investigación se centra en el período entre 1870 y 1907, analizando tanto la leyenda fundacional asociada a la construcción de la capilla de Sant'Ana como los procesos materiales e institucionales que estructuraron el territorio. Fundamentado en la hermenéutica filosófica, especialmente en la noción de "fusión de horizontes", el estudio interpreta la ciudad como un palimpsesto urbano en el que diferentes temporalidades coexisten a través de vestigios materiales e inmateriales. El análisis de la forma urbana evidencia permanencias, rupturas y borramientos —como la supresión de cursos de agua— que persisten como "fantasmagorías" en la memoria colectiva y en la morfología contemporánea. Se argumenta que la identidad urbana de Anápolis no se constituye por la oposición entre mito e historia, sino por la integración de estas dimensiones en una lectura crítica del paisaje. De este modo, el trabajo contribuye a un enfoque epistemológico que reconoce la ciudad como un campo de tensiones entre memoria, materialidad y transformación.

Palabras clave: formación urbana; paisaje urbano; memoria; hermenéutica; Anápolis.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A narrativa histórica de Anápolis possui uma lenda fundacional. Isso ocorre porque essa narrativa é marcada pela fusão tanto de relatos memorialistas quanto de documentos históricos. Nesse sentido, a pesquisa feita em registros documentais que demarcam o período entre o surgimento da cidade e até a sua emancipação (1870 a 1907) possibilita a análise desse entrelaçamento narrativo.

Conforme alguns autores anapolinos tais como Filho (1938), Oliveira (1957), Borges (1975) e Ferreira (1979) trata-se de uma trama complexa onde a própria oralidade e as fontes pessoais são destacadas nos escritos memorialistas, devido à falta de documentos oficiais. Se por um lado isto exige pesquisa crítica documental, por outro evidencia a centralidade da igreja católica. Pois são precisamente documentos como registros de batismo, casamentos e sepultamentos a maior fonte histórica sobre a origem da formação urbana.

Portanto, podemos dizer que a história da formação urbana de Anápolis (GO) é tradicionalmente narrada a partir de uma dupla chave: de um lado, a lenda fundacional — de modo sobrenatural a imagem de Santana teria se recusado a deixar o local onde fora deixada —; de outro, a narrativa histórica focalizando os sujeitos que construíram a primeira capela e a emancipação política que se sucedeu posteriormente.

Ressaltamos no presente trabalho, que ainda que a maioria dos autores se refiram à *fundação* como um momento passado imaginário – de conotação religiosa, enquanto a *formação* entendida como processo contínuo de transformação territorial, econômica e social ocupe lugar secundário nesse processo – iremos propor a superação dessa cisão epistemológica. Argumentaremos que a identidade urbana de Anápolis se constitui justamente no entrelaçamento entre fundação e formação.

Para tanto, a análise das narrativas memorialísticas será articulada à dos documentos históricos com o exame das transformações da paisagem urbana ocorridas ao longo do século XX — especialmente na figura persistente da capela de Sant’ann que se reproduziu no decorrer da formação urbana até os dias atuais, mas também no apagamento de corpos d’água como o Rego Grande e a Lagoa das Antas, hoje reduzidos a *fantasmagorias* (vestígios imateriais que persistem na memória coletiva, na toponímia e nos problemas recorrentes de inundação),

PENSAR FORA DO EIXO

Desse modo, sustentaremos que a interpretação historiográfica continuamente reescrita não necessariamente deve opor o mítico ao processual, podendo lê-los como dimensões integradas e complementares de uma mesma realidade. Ou seja, a fundação e a formação da cidade tanto podem ser lidas sobre atos fundacionais propriamente ditos e que persistem em seus registros, quanto sobre camadas de apagamento e retorno do recalçado.

Isso não significa uma simples justaposição entre passado e presente, mas uma análise sobre a produção de sentido sobre as aparentes tensões entre passado e presente. Possibilitando um diálogo em que as *fantasmagorias* — vestígios imateriais de paisagens apagadas — ganham estatuto de fonte histórica, não como evidências incontestes, mas como indícios que exigem uma interpretação continuamente reavaliada.

A presente análise pode ser considerada como uma “fusão de horizontes”, em que a análise das formas urbanas e dos vestígios materiais de seus palimpsestos contribuem para uma efetiva compreensão histórica. Aplicada à cidade, essa noção permite tratar os vestígios urbanos — mesmo aqueles apagados fisicamente — como interlocutores vivos, cujo sentido se atualiza na medida em que o pesquisador contemporâneo os interroga a partir dos problemas do presente.

Para Gadamer (1960), a ‘fusão de horizontes’ (Horizontverschmelzung) não significa reconstruir supostas intenções originais, mas permitir que o horizonte do intérprete – sua situação histórica, perguntas e pré-conceitos – encontre-se com o horizonte da tradição, gerando um sentido novo.

Na pesquisa empírica, o correlato metodológico dessa perspectiva hermenêutica já vinha sendo ensaiado em trabalhos anteriores sobre a forma urbana e os palimpsestos materiais de Anápolis. Em trabalhos anteriores, a cidade não foi lida como um texto linear, mas sim a morfologia urbana permitiu a articulação entre várias instâncias diacrônicas e sincrônicas. Desse modo, os palimpsestos urbanos são compreendidos não como camadas estáticas, mas como sobrescrituras e reescrituras em permanente disputa de sentido, as quais oferecem ao historiador a correlata fusão de horizontes.

O que por hora crescemos é o explicitar de uma determinada forma de análise documental e as correlações desta com a paisagem urbana, sendo isso ao mesmo tempo, um gesto epistemológico: ao invés de opor a lenda fundacional (vista como “menos verdadeira”) à narrativa histórica (vista como “mais objetiva”), assumimos que ambas são expressões de horizontes distintos que precisam ser confrontados produtivamente em uma síntese: a paisagem urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

Essa opção teórica, inspirada em Gadamer (1960), decorre de uma dupla preocupação – epistemológica e metodológica – que orienta a presente investigação sobre Anápolis: de um lado, recusamos a redução da história urbana a uma sucessão teleológica de eventos; de outro, a reflexão sobre o método não pode separar-se da análise empírica dos vestígios materiais e documentais. Assim, ao propor a superação da cisão entre fundação e formação, este trabalho realiza uma incisão epistemológica que requalifica o próprio objeto de pesquisa: a cidade como campo de tensões entre passado e presente, rastros e apagamentos.

Trabalhando simultaneamente com uma escolha metodológica (o estudo da forma urbana) e uma postura epistemológica (a recusa de hierarquias rígidas entre lenda e documento), realizamos a fusão de horizontes entre os dados documentais e os vestígios materiais observados *in loco* – o que nos permite mostrar como o passado se faz presente na paisagem contemporânea.

A LENDÁRIA FUNDAÇÃO

A ocupação do território de Anápolis possui registros que datam do final do século XVIII, época da exploração aurífera do ouro de aluvião na Província de Goiás; o território conhecido como Arraial das Antas ou bairro das Antas, pertencia a um dos Arraiais de maior destaque, o de Meia Ponte. As anotações de viagem das passagens de viajantes europeus¹, a demarcação da localidade nos mapas, com destaque do Ribeirão das Antas, afluente do Rio Corumbá, ocorre desde o final do século XVIII, conteúdo, a historiografia local confere destaque a um evento mítico, considerando aquele momento para a escolha de uma data de fundação.

No ano de 1859, um grupo de viajantes vindo de Jaraguá, passava pela Fazenda das Antas e perdeu um animal que carregava uma imagem de Santana, de autoria de Veiga Valle². Dona Ana das Dores, dona da imagem, encontrou a mula perdida na mata e os esforços de levantar o animal teriam sido inúteis. Segundo a história oral, a senhora entendeu que a santa gostaria de ali ficar, tendo prometido ali mesmo construir uma capela para a Santa. (Filho, 1937) e (Oliveira, 1957)

Autores memorialistas descrevem que Gomes de Souza Ramos, filho de Ana das Dores, retornou ao Arraial das Antas em 1870 para cumprir a promessa de sua mãe e construir a capela por ela prometida, Ferreira, (1979) e Borges (1981). Gomes de Souza em conjunto com outros proprietários

¹ Passaram pelo território das Antas, Saint Hilaire (1819), Cunha Mattos (1823), Castelnau, 1844 e Oscar Leal (1887).

² José Joaquim da Veiga Valle (1806/1874) foi um artista goiano, nascido em Meia Ponte, cuja produção de esculturas sacras é profícua e apesar de serem feitas no século XIX, apresentavam estilo barroco.

PENSAR FORA DO EIXO

uniram-se numa doação de terras ao Patrimônio de Nossa Senhora de Santana, de um quadrilátero localizado à margem esquerda do Ribeirão das Antas.

É importante, contudo, não tomar termos eclesiásticos tais como “arraial”, “freguesia” e “paróquia” como categorias facilmente descritivas. Como demonstrou Fonseca (2011) em seu estudo sobre a formação territorial de Minas Gerais, a malha eclesiástica não refletia linearmente o rebatimento entre a ocupação demográfica e a riqueza local. Capelas poderiam ser construídas por fazendeiros que doavam terras não apenas por devoção, mas para valorizar suas propriedades. Fonseca (2011) demonstra que poderia haver muito de estratégico em tais atos – estratégias também poderiam estar presentes no caso de Anápolis.

Além disso, mostra a autora que a própria passagem de “capela rural” (muitas vezes privada) a “capela pública” e, posteriormente, a “freguesia” envolvia negociações complexas com o poder episcopal, tais como critérios de renda mínima para o sustento do vigário e exigências materiais para os edifícios. Reduzir esse processo à narrativa heroica da religiosidade – ainda que se reconheça a tácita e útil relação entre Igreja e Estado no período – seria repetir o gesto dos memorialistas que o artigo pretende superar.

O mito de fundação, o herói fundador, a narrativa descrita se constrói de forma a minimizar todos os registros anteriores, datando o início da ocupação do território; decerto que esta certidão de nascimento do município de Anápolis fosse entendida porque antes as fazendas e pequenos sítios que existiam não se organizavam em torno de um núcleo urbano em conjunto, mas as relações comerciais desse território, as sedes dessas fazendas, toda a história pregressa é, de certa forma, apagada para que o momento a seguir seja valorizado.

Em 1846 mais de uma centena os moradores da cabeceira do rio das Antas endereçavam ao Governo Provincial um abaixo assinado repudiando uma decisão de que alterava os limites de divisas dos municípios de Bonfim e Meia Ponte³. A Lei nº 04 de 10 de julho de 1844, beneficiava Bonfim, determinando que o Ribeirão das Antas fosse considerado como limite de divisa. Como muitos moradores possuíam terras nas duas margens do rio, além de manterem relações comerciais com Meia Ponte, que endossou o pedido, tendo a lei sido revogada posteriormente.

Entretanto, autores contemporâneos, como Polonial (2000) e Alves (2014) apresentam documentos que comprovam que Gomes de Souza Ramos possuía interesses comerciais e adquiriu parcelas

³ Atualmente Silvânia e Pirenópolis, respectivamente.

PENSAR FORA DO EIXO

de terra no território do Arraial antes de 1870. Outra questão também que não foi ponderada pelos autores memorialistas era o fato de que no Brasil Colônia em meados do século XIX, o ato de construção de uma Capela era uma das exigências para que uma localidade pleiteasse categorias de organização territorial de administrativa, até a sua emancipação. (Vargas, 2024)

A capela de Sant'anna das Antas foi construída em 1871, localizada em uma cota cerca de 30 metros acima do nível do Ribeirão das Antas e tinha sua fachada frontal, voltada para o curso d'água. Entretanto, esta cota não era a mais alta do território e não há registros do porquê da escolha do local, que também é o ponto central do quadrilátero. Provavelmente a proximidade com Ribeirão deva ter sido primordial para a escolha do local. Ainda em 1871 a estrutura edificada foi considerada muito simples pelo capelão, Padre Francisco Inácio da Luz, que mesmo assim benzeu o pequeno cômodo de paredes de taipa, piso de terra batida e telhas cerâmicas. (Ferreira, 1981)

Nos anos seguintes a população do chamado bairro da capela de Sant'anna das Antas, requisitou a elevação do povoado para a condição de freguesia, e conseqüentemente a transformação da Capela em Paróquia. Para alcançar o intento, a capela inicial teria que ser ampliada. No parecer do Vigário Nascimento em nova visita à capela em 1872 a respeito da localidade o mesmo descrevia:

Sendo o bairro das Antas bastante populoso, seus habitantes entenderam que deviam erigir ali uma capela, visto a distância em que estão da Matriz desta cidade, e de fato, levantaram uma capela em um ponto muito pequeno, e mais tarde levantaram o corpo, servindo aquela de capela-mor. Esta obra, que está por se acabar, falta-lhe todo o asseio necessário; não tem trono, sacrário, batistério, coro, cruzeiro, etc. (Nascimento, 1872)

Através da Lei Provincial nº 514 de 6 de agosto de 1873, o Arraial foi elevado à categoria de Freguesia de Sant'ana das Antas e a Capela em Paróquia de Sant'anna. Na gravura de Antônio da Costa Nascimento de 1888 (figura 01) percebe-se à esquerda, no meio do Largo, um curso de água desviado do córrego do Cezários. Apesar da proximidade com o Ribeirão da Antas, esse rego d'água, o Rego Grande era utilizado para abastecimento das habitações. A capela ali representada, à direita, ainda estaria semelhante às descrições da sua ampliação, que ocorreu em 1873. Alves (2014) afirma que com a construção da nave central por volta de 1873, o prédio primitivo tornou-se capela-mor, utilizando o repertório da arquitetura colonial: fundações de pedra, paredes de taipa de pilão, esteios, esquadrias e telhado de madeira e telhas cerâmicas.

Figura 1. Fotografia da gravura do Largo de Santana, em 1888;

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Nascimento, 1888, no MHA (2026)

Nesse processo de fundação a Igreja fez parte central do processo, sendo fundamental a atuação da Paróquia para atração populacional e o suporte administrativo. Antes da proclamação de República em 1888 e da Promulgação da Constituição da República em 1891, não havia separação oficial da Igreja e do Estado. A Igreja possuía fé pública, realizando os principais ofícios de registro, como os nascimentos, casamentos, óbitos, censos, etc.

Apesar a laicidade do Estado e das mudanças oficiais a influência que a Igreja possuía não se restringia aos quesitos administrativos. No caso dessa localidade, a área demarcada como Patrimônio de Nossa Senhora de Sant'ana, seria ocupada gerando rendimentos à Paróquia e as romarias em torno da devoção à Sant'ana e posteriormente ao Nosso Senhor Bom Jesus da Lapa contribuíram significativamente para o fortalecimento do comércio e a atração populacional.

A narrativa lendária, portanto, não é um mero ornamento ou uma falsidade a ser desmascarada pela crítica documental. Ela constitui propriamente um horizonte de sentido, na medida em que organiza a memória coletiva e a identidade local. Procurar erros ou desmerecimentos seria perder a oportunidade de compreender como a cidade se vê a si mesma. Isso não quer dizer adotá-la acriticamente e cair nas tramas da história heroica e providencialista.

A fusão de horizontes proposta por Gadamer (1999) permite exatamente esse movimento duplo: reconhecer a legitimidade da lenda como expressão de uma tradição viva, mas interrogá-la a partir das perguntas do presente – entre elas, as transformações da paisagem urbana e os problemas ambientais contemporâneos. É nesse sentido que a *fundação* deixa de ser um momento fechado no passado e se torna uma **questão epistemológica** sobre como articulamos diferentes regimes de veracidade.

PENSAR FORA DO EIXO

A FORMAÇÃO URBANA

Durante as décadas de 1870 e 1880 a atração populacional fez com que os terrenos nos arredores da Paróquia fossem ocupados, surgindo a necessidade de uma escola, de um local adequado aos sepultamentos, que eram feitos ao lado da capela e que se tornaram um problema sanitário. Em 1882 um novo cemitério⁴ foi edificado, em um terreno que estaria afastado da localidade.

Em 1887 a passagem do viajante Oscar Leal registra a ocupação do território margeando o Largo da Matriz, descrevendo o largo como elemento central da localidade.

Antas!... Sepultada no meio do deserto, longe das grandes estradas que ligam a capital goiana às principais praças do sul do Estado a vila ou povoação das Antas, surge à vista do forasteiro, depois que se desce à chapada, em extenso vale, cercado de um mutismo tão belo e sedutor que seria o bastante para ali fundarem um estado os poetas da antiga Babilônia. Na vila das Antas há meia dúzia de pessoas com as quais se pode travar conversação e uma destas é o Sr. José Batista... Consta de duas ruas paralelas que atravessam o largo da matriz, a qual fica situada bem no centro da povoação... (Leal, 1892)

Em busca da autonomia administrativa e política, Gomes de Souza Ramos lidera a comunidade das Antas, mais um vez, pleiteando em 06 de outubro de 1887 a elevação da Freguesia para Vila, buscando autonomia de Meia Ponte. No abaixo assinado, justificam que:

[...] Não só por já se contar cento e tantas casas habitadas, vinte e cinco casas de negocio, officinas de ferreiro, carpinteiro, sapateiros e outras, como que também já se acha em começo a casa para funcionar a Camara, a qual casa já está coberta e com o material prompto para sua conclusão (Abaixo-assinado, 1887).

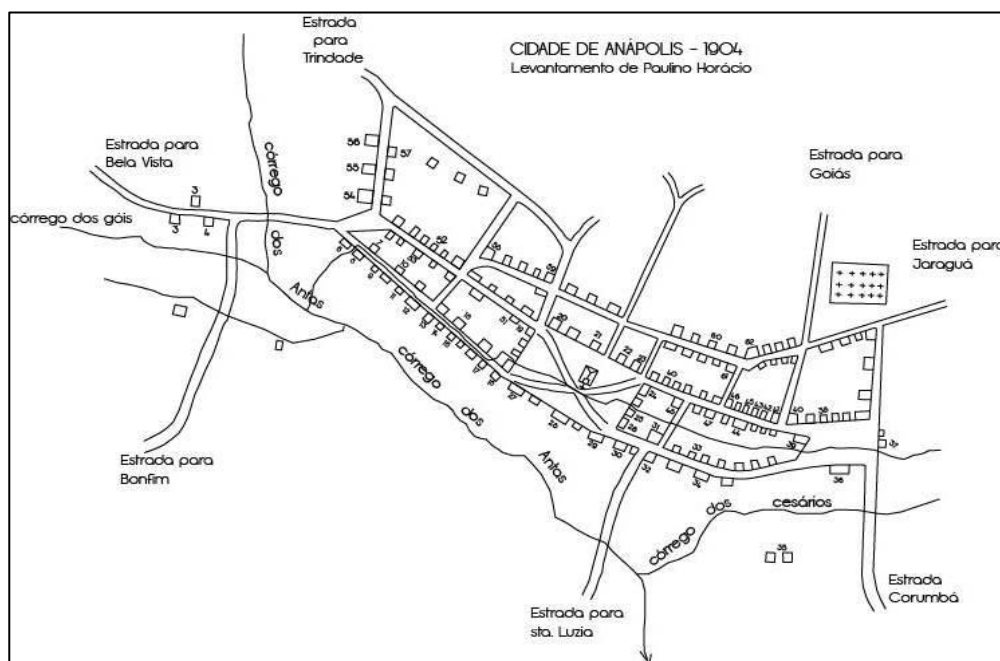
O pedido foi rapidamente atendido e ainda em 1887, no dia 15 de dezembro a Lei Provincial nº. 811 promovia a criação da Vila de Sant'Ana das Antas. A categoria de Villa marcava a consolidação de um povoado como cidade, um processo administrativo-político em busca de autonomia. Apesar de criada, a Villa só seria efetivamente instituída após o atendimento de critérios descritos na mesma Lei de criação: "Artigo 2º - A Villa será installada depois que forem construidas ou adquiridas a custa dos povos, a cadêa e casa da Camara, assim como casa para escola, conforme a Resolução Provincial nº. 517, de 7 de julho de 1874." (Goiás, 1887)

⁴ Este campo santo era localizado onde atualmente se encontra a Praça Americano do Brasil. Devido a construção da Estação Ferroviária, ainda na década de 1920 ele foi desativado e novamente afastado, em terreno considerado mais distante.

PENSAR FORA DO EIXO

A construção dos equipamentos públicos ocorreu nos anos seguintes, tendo permitindo que em 1892 houvesse a criação do Município da Villa de Sant'anna das Antas, governado por uma junta administrativa provisória. A Casa de Câmara e Cadeia foi construída em frente à Paróquia, assim como a maior parte dos equipamentos funcionaria no entorno do largo. No início do século XX, a Villa continuava a expandir seus limites urbanos, conforme pode ser observado neste levantamento de 1904. (figura 2)

Figura 2. Levantamento Cadastral da Vila em 1904.



Fonte: Borges, (1981)

O levantamento identifica com numerações os imóveis e seus proprietários. Nele percebe-se a centralidade do Largo de Santana, como o rego d'água atravessando a localidade e o início da expansão urbana que começa a apresentar uma tendência de afastamento do curso de água em direção às cotas mais altas.

A elevação da Villa à categoria de cidade era o último passo para independência política definitiva, sendo alcançada em 1907, através da Lei Estadual nº 320 de 31 de julho de 1907. Esta data da emancipação mais tarde seria considerada como o aniversário da cidade, apesar de historiadores apontarem que a formação do município e estrutura urbana, força política e econômica, em 1887, já seriam suficientes para a sua emancipação.

UMA ANAPOLIS URBANIZADA

Até a década de 1930, essa tendência de ocupação do território se manteve, contudo, a configuração urbana começa a ser alterada. Apesar de não urbanizado, o Largo de Santana podia ser compreendido em sua totalidade, porque haviam edificações apenas no entorno (figuras 3 a 5) e a edificação religiosa destacava-se quase no centro. Exceto a Casa de Câmara e Cadeia, que possuía dois pavimentos, todas as edificações eram térreas e a igreja poderia ser percebida à grandes distâncias, mantendo-se como um marco visual na paisagem.

Em 1909, em consequência de um raio haver atingido a torre da Igreja de Santana, os padres resolveram reconstruí-la. No início do século XX, o templo possuía 28,50x15,90m, altura da cumeeira de 9,80m e da torre de 12,80m. (Alves, 2014)

Figuras 3 a 5. Crianças a caminho do Grupo Escolar, Paróquia e Largo de Sant'ana e Casa de Câmara e cadeira, por volta da década de 1920.



Fonte: MHA (2026)

Se ao final do século XIX a localidade possuía características de um arraial de mineração, com vielas, ruas tortuosas, quarteirões irregulares e lotes de grandes dimensões, no início do século XX, percebe-se que o desenho urbano de quarteirões regulares (figuras 5 e 6), começa a ser implementado, com a atuação de agrimensores e engenheiros, configurando um novo modelo de urbanidade.

A construção da capela do Bom Jesus, na cota mais alta da localidade e o lançamento do bairro Bom Jesus, loteamento projetado pela Intendência Municipal, promovem o afastamento da expansão urbana do núcleo central original, criando uma nova centralidade religiosa e comercial.

PENSAR FORA DO EIXO

Figuras 5 e 6. Levantamentos da cidade em 1915 e 1935. Os mapas estão representados na mesma escala, para fins de comparação.

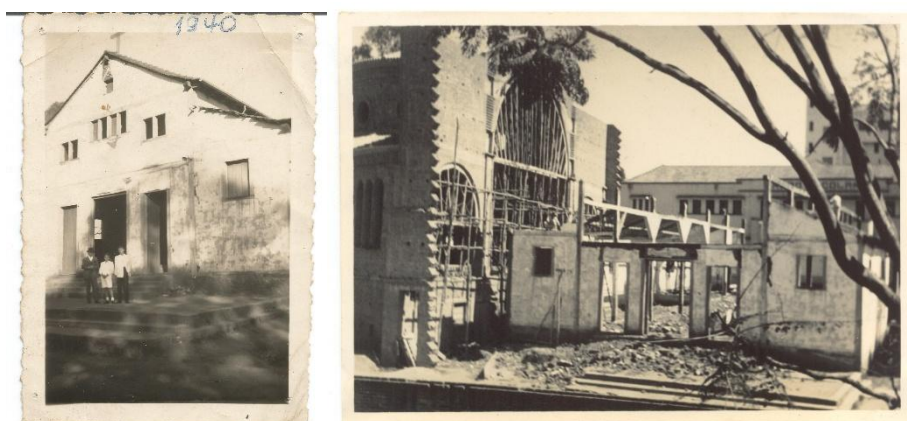


Fonte: França (1973) modificado pelos autores (2026)

A mudança forma urbana da cidade pode ser claramente observada comparando os dois mapas. Em vermelho está o Largo de Sant'anna e a Paróquia, enquanto em Laranja o Largo do Bom Jesus, que se encontrava no topo do território. Os novos bairros loteados a partir da década de 1910 seguiam desenhos urbanos regulares que contrastam claramente com o núcleo original.

O entorno da Igreja do Bom Jesus recebe o mesmo tipo de atração populacional ocorrida com o largo de Santana no final do século XIX, no entanto, as tecnologias construtivas do início do século XX, e tendências arquitetônicas produziram um cenário urbano completamente diferente do visto no largo de Sant'anna. (Figuras 7 e 8) Durante a década de 1940 o estado da edificação da Igreja Santana foi considerado inadequado pela Paróquia, que decidiu pela sua demolição completa e a construção de um novo edifício, iniciado em 1946

Figuras 7 e 8. Igreja de Santana em 1940 e demolição da mesma em 1948.



Fonte: MHA (2026)

PENSAR FORA DO EIXO

Em 1948, a antiga igreja foi demolida, para dar lugar à atual matriz. Essa sequência compreendida entre o demolir a capela fundacional e sua reconstrução em outra orientação – agora paralela à via, e não mais voltada para o córrego – é emblemática pois ela torna evidente a tensão entre fundação e formação.

Observando outros registros históricos, como fotografias aéreas da cidade ao final da década de 1940 percebe-se que o entorno do largo de Santana (abaixo, a esquerda) foi suprimido, por edificações, enquanto o largo do Bom Jesus (acima, à direita) mantém-se com sua configuração original. (Figura 9) Nesta imagem também é possível perceber a ausência do Rego d'água que atravessa o Largo de Santana.

Figuras 9 a 10. Imagens aérea de Anápolis, ao final da década de 1940 e na década de 1960.



Fonte: MHA (2026)

Se, por um lado, a cidade continuou a reproduzir o símbolo religioso, no caso configurado pela nova matriz, por outro, rompeu o diálogo topográfico e simbólico com as águas que caracterizava o ato fundacional. Há nisso uma ruptura implícita que irá se aprofundar ao longo de todo o século XX com o apagamento dos corpos d'água. O Rego Grande, por exemplo, foi soterrado e transformado em via urbana. Sobre isso, a pesquisa documental não localizou indícios de foram feitos estudos técnicos sobre a importância do referido canal, já que este que desviava águas do Córrego dos Cezáreos para abastecer as cotas mais altas.

Por sua vez, nas cotas mais baixas, a Lagoa das Antas (ou Lagoa de Santana) – uma extensa área de alagamento sazonal na confluência dos córregos – foi drenada e aterrada (figura 10).

PENSAR FORA DO EIXO

Consideramos estes elementos extremamente marcantes na paisagem urbana, contudo, ambos os elementos se encontram hoje ausentes da superfície. Persistem apenas como *fantasmagorias* – vestígios imateriais que retornam nas narrativas orais, nos nomes populares (“baixada do sapo”) e, de modo dramático, nas inundações recorrentes da área central.

Do ponto de vista da formação urbana, esses apagamentos não são meros acidentes ou consequências inevitáveis do progresso; eles expressam uma determinada concepção de cidade – técnica, moderna, asfaltada – que tratou os elementos hídricos como um incômodo a ser eliminado para que uma nova urbe pudesse triunfar. É nesse sentido que a análise epistemológica aqui proposta desnaturaliza essa escolha, mostrando que ela não é neutra, mas carrega uma hierarquia implícita entre o que merece permanecer e o que deve ser apagado.

O estudo da forma urbana – com seus períodos morfológicos (colonial, comercial, industrial) e suas morfogêneses – permite justamente rever esse apagamento. Ao identificarmos os desníveis do terreno, e neles os traçados viários que insistem em acompanhar antigos cursos d’água e também a permanência de topônimos populares as marcas do que foi soterrado, o pesquisador realiza uma fusão de horizontes entre o passado hídrico e o presente urbanizado.

A formação, assim compreendida, não é um processo linear que sucede a fundação; é o lugar epistemológico do retorno do recalçado, onde as águas apagadas insistem em fazer valer sua geografia original. É por isso que, metodologicamente, a análise da formação não pode prescindir da lenda (que guarda a memória da água), nem a lenda pode ser compreendida sem a crítica documental e morfológica. Ambas se integram na mesma operação hermenêutica.

CONTINUAR FALANDO SOBRE:

RELAÇÃO DE EXPANSÃO DA IGREJA CATÓLICA E DA URBANIDADE.

A IGREJA BOM JESUS TEM ATRATIVIDADE NO CENTRO, E O PRAÇA BOM JESUS SE TORNA O PRINCIPAL PONTO DE COMÉRCIO,

NEGAÇÃO DO PASSADO, IDEÁRIA DE RECONSTRUÇÃO E

READAPTAÇÃO

PENSAR FORA DO EIXO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo buscou demonstrar que a compreensão da paisagem urbana de Anápolis exige a superação de leituras dicotômicas que opõem, de maneira simplificada, a lenda fundacional aos processos históricos documentados. Ao mobilizar a noção de “fusão de horizontes”, foi possível evidenciar que tais dimensões não apenas coexistem, mas se articulam na produção de sentidos sobre a cidade, configurando uma identidade urbana marcada por tensões, permanências e reinterpretações.

A investigação revelou que a fundação, frequentemente tratada como um evento isolado e de caráter mítico, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção territorial, institucional e simbólica. Por sua vez, a formação urbana, longe de representar uma simples continuidade linear, manifesta-se como um campo dinâmico de transformações, no qual decisões técnicas, interesses econômicos e práticas sociais produzem tanto materializações quanto apagamentos na paisagem.

Nesse sentido, destaca-se o papel dos elementos hídricos — como o Rego Grande e a Lagoa das Antas — enquanto componentes estruturantes da paisagem original, posteriormente suprimidos pelos processos de urbanização. Ainda que ausentes fisicamente, esses elementos persistem como vestígios imateriais, perceptíveis na memória coletiva, na toponímia e nas dinâmicas urbanas contemporâneas, como os recorrentes episódios de inundação. Tais “fantasmagorias” evidenciam que o passado não se encontra definitivamente encerrado, mas continua a interpelar o presente.

A abordagem adotada, ao articular análise documental, leitura morfológica e reflexão epistemológica, contribui para uma compreensão mais complexa da cidade como palimpsesto urbano. Essa perspectiva permite reconhecer que a paisagem não é apenas um dado físico, mas uma construção histórica em permanente disputa de significados.

Por fim, o estudo reforça a importância de integrar diferentes regimes de veracidade — o mítico, o documental e o material — na interpretação da cidade. Ao invés de hierarquizá-los, propõe-se sua leitura relacional, na qual a paisagem urbana emerge como síntese interpretativa. Tal posicionamento não apenas amplia o campo da história urbana, mas também oferece subsídios para reflexões contemporâneas sobre planejamento, preservação e memória, especialmente em contextos marcados por processos acelerados de transformação e esquecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel. **Antas. DE ANTAS A ANÁPOLIS: A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO**

AZEREDO FILHO, Francisco Lopes. **Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis**. São João da Boa Vista: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1937.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: Editora Cerne. 1975, 300p.

FERREIRA, Haydeé Jaime. **Anápolis, sua vida, seu povo**. Brasília. 1979, 437p.

FRANÇA, Maria de Sousa. A formação histórica da cidade de Anápolis e a sua área de influência regional. In: **Anais do VII Simpósio Nacional – ANPUH**: Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Indicar a edição brasileira utilizada)

GOIÁS. Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887. In: **Coleção de leis da Província de Goiás**. Goiás, 1887.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas (Brazil Central)**. Lisboa: Typografia Minerva Central. 1892.

MEDEIROS, Wilton Araujo de; VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa Vargas. Genealogia de um palimpsesto urbano: uma análise sobre Patrimônio industrial em Anápolis (GO). In: 33º Simpósio Nacional de História. **Anais do 33º Simpósio Nacional de História: Os (des)confortos da História e os futuros do Ensino de História**. [S.l.]: ANPUH, 2025. Disponível em: https://www.snh2025.anpuh.org/resources/anais/11/snh2025/1742576671_ARQUIVO_7aebf9ac159ea33033a873079f7b4f0a.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

MUSEU HISTÓRICO DE ANÁPOLIS. Acervo Iconográfico, 2026.

NASCIMENTO, Antônio. **Parecer sobre a pretensão de se elevar a freguesia a Capela de Sant'Ana das Antas**. 1872. Manuscrito. Caixa Anápolis. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

OLIVEIRA, João Luiz de. Subsídios à história de Anápolis. In: **Revista “A CINQUENTENÁRIA”, Edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis (1907- 1957)**. Anápolis: S/e, 1957.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2000.



PENSAR FORA DO EIXO

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. De Santana das Antas a Anápolis. Uma lenda e uma narrativa. In: **Anais do 18º Seminário de história da cidade e do Urbanismo: Horizontes (Im)possíveis.** Anais...Natal (RN) UFRN, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/18-shcu-seminario-historia-cidade-urbanismo/866214-DE-SANTANA-DAS-ANTAS-A-ANAPOLIS-UMA-LENDA-E-UMA-NARRATIVA>. Acesso em: 01/04/2026